



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



ATA 185ª PLENA

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte três, às dezoito horas e cinco minutos, foi instalada,
2 no formato online, pela plataforma Zoom, a 185ª Plena do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação
3 Básica, Profissional e Tecnológica – **SINASEFE**. A mesa foi coordenada por David Lobão, Coordenador – geral da
4 entidade, que após confirmação do quórum necessário iniciou a Plena, submetendo a proposta de pauta ao
5 plenário: 1) Revogação do NEM; 2) Campanha Salarial 2024, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a
6 palavra foi concedida a João Cichaczewski, Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais para os informes
7 sobre o Ato nacional pela revogação do Novo Ensino Médio e o que foi acordado no Congresso Nacional. Com a
8 palavra, João iniciou informando que em função do pedido de urgência votado na última semana, o projeto que
9 substituiria o NEM entrou na pauta desta segunda – feira, o que fez com que entidades da Educação se
10 organizassem para a realização de Ato Nacional. Segundo João, além do Sinasefe participaram do Ato várias
11 entidades dos servidore(a)s da Educação, como CNTE, Andes, Fasubra e movimento estudantil (DCEs, Centros
12 Acadêmicos, Grêmios estudantis), com destaque para a FENET, que participou com aproximadamente 70% da
13 militância estudantil. João destacou que o Ato foi muito bonito, porém, no início já havia informação da reunião
14 de líderes, de que o projeto havia sido retirado da pauta e sua discussão prorrogada para março de dois mil e
15 vinte e quatro. Na avaliação da Pasta, o Ato teve um peso importante e, se não fosse a mobilização dos
16 trabalhadores(as) e estudantes, a retirada não ocorreria, o que dará um fôlego até março para tentar reverter o
17 processo destrutivo que se implantou na Educação Básica brasileira. Participaram também do Ato representando
18 o Sinasefe, João, Felipe Oliver e David Lobão. Destacou que em sua intervenção, o Sinasefe reforçou a denúncia à
19 organização atual da matriz Conif, de reformulação nos PPCs dos cursos, quando a grande maioria reformulou e
20 restringiu as horas dos cursos para mil e oitocentas horas. Complementando, Manoel Porto, Coordenação de
21 Políticas Educacionais e Culturais lembrou que o MEC não se opôs à entrega da relatoria a Mendonça Filho e só
22 entrou na discussão por pressão de grupos organizados na luta pela revogação do NEM e que esta deve ser
23 ampliada, sobretudo, no início do próximo ano. Em seguida, ainda sobre o ponto de pauta, David Lobão, ressaltou
24 que a intervenção do Sinasefe no Ato, feita por João foi muito boa, acolhedora e didática. Em seguida propôs que
25 o segundo ponto de pauta fosse dividido em dois momentos: a) debate sobre a MNNP do próximo dia dezoito; b)
26 Trabalho desenvolvido pela CNS para discutir a unidade da posição do Sinasefe com a Fasubra. Rogério de Souza
27 apresentou questão de ordem e fez a observação dos riscos de o Sinasefe voltar a tratar da questão o NEM
28 somente em fevereiro e ressaltou a importância de se tirar algumas ações políticas imediatas na 185ª Plena. Nesse
29 sentido, Lobão propôs que a coordenação de Políticas Educacionais elabore um calendário de luta com base no
30 calendário que já vem sendo acompanhado, com ações para, se possível, o mês de janeiro. João teve acordo com
31 as falas anteriores e lembrou que para mobilizar nesse sentido, é primordial dialogar com os estudantes e propôs
32 que desde já as seções busquem o movimento estudantil de suas regiões e demais entidades aliadas nessa luta.
33 Manoel Porto destacou o importante papel do Sinasefe, que teve grande atuação política assim que Mendonça
34 foi indicado para a relatoria do PL 5.230/2023. Lembrou que mesmo que o Sinasefe não tenha um grande
35 percentual de matrículas na Rede, tem uma proposta de ensino, que considera que deva ser referência, assim
36 como a melhor experiência histórica de Ensino Médio no País. Encerradas as falas, Lobão resgatou resoluções de
37 fóruns anteriores acerca do tema, “Pela revogação do Novo Ensino Médio”. Foi ainda aprovado pela 185ª, que a
38 Pasta de Políticas Sindicais e Culturais convoque para o início do próximo ano, reunião do GT de Políticas
39 Educacionais para discutir e encaminhar a luta, com a participação efetiva da base, para tirar ações políticas para



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C. Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



40 barrar o substitutivo de Mendonça Filho. A seguir, a mesa passou ao segundo ponto de pauta - Campanha salarial,
41 que foi dividido em dois momentos: informes da MNN e Unidade na proposta de Carreira do PCCTAE com a
42 Fasubra. Sobre a reunião com o governo, na MNNP, Lobão informou que participou representando o Sinasefe, e
43 que o sindicato também foi indicado para fazer a fala de resposta à proposta que seria apresentada. Destacou
44 também, que no início da reunião foi realizado ato performático denunciando o processo de “enrolação” que se
45 arrastou até dezoito de dezembro, impossibilitando qualquer reação do movimento à proposta apresentada,
46 tendo em vista a aprovação da LOA, que seria aprovada na mesma semana, e, conseqüentemente contemplaria a
47 proposta apresentada na reunião. Lobão colocou que o governo reajustou de seiscentos e cinquenta e oito reais
48 para mil reais, o auxílio-alimentação, o auxílio-creche de trezentos e vinte e um reais para quatrocentos e oitenta
49 e quatro reais e noventa centavos (R\$484,90) e o auxílio-saúde, do valor médio de cento e quarenta e quatro
50 reais, para duzentos e quinze reais (R\$215,00) e informou que o governo foi categórico afirmando que não haverá
51 percentual de reajuste salarial para dois mil e vinte e quatro. A reação dos representantes dos trabalhadore(a)s
52 foi imediata e o governo colocou que há um compromisso da ministra Esther Dwek em se empenhar no sentido
53 de garantir que em dois mil e vinte e cinco e vinte e seis os servidores não tenham congelamento de salários e
54 que para que o reajuste seja no mesmo patamar do Judiciário e Legislativo. O Fonasefe colocou ao governo que a
55 proposta apresentada sobre o aumento nos benefícios caminha em direção daquilo que os servidores querem,
56 porém, ainda não se equipara aos demais Poderes. Lobão reafirmou que o governo não apresentou proposta de
57 reajuste salarial concreta aos servidores e que falou simplesmente da possibilidade de um empenho da ministra
58 para conquistar esse “direito”. As entidades do Fonasefe externaram toda sua indignação com a postura do
59 governo, que além de não apresentar proposta real de reajuste salarial, mais uma vez deixa de fora os
60 servidore(a)s aposentado(a)s. Cobrado sobre as Mesas Específicas, o governo respondeu que não há verba para a
61 realização das mesas para o ano de dois mil e vinte e quatro e que todo processo de negociação será para dois mil
62 e vinte e cinco e garantiu que será dada a devida atenção a essas mesa, que acontecerão, no primeiro semestre
63 de dois mil e vinte e quatro para negociar as carreiras. Feitos os informes, Lobão abriu as inscrições para
64 posicionamento do plenário, com o tempo de três minutos para cada intervenção. A participação no debate foi
65 massiva, grande parte da plenária teve a oportunidade de se posicionar. Ao final, Elenira Vilela solicitou a palavra
66 para dar o informe sobre a aprovação de emenda à LDO, do deputado Altineu Côrtes, Líder da bancada do PL, que
67 está sendo chamada de “Emenda das Trevas”, “...que veda à União o financiamento de invasão ou ocupação de
68 propriedades rurais privadas e também promover ações que influenciem crianças e adolescentes no ambiente escolar, da
69 creche ao ensino médio, a terem orientação sexual diferente do sexo biológico, desconstruir o conceito de família tradicional
70 ou ainda subsidiar tratamento ou cirurgia de mudança de sexo e aborto, exceto nos casos autorizados em lei.” Assim sendo,
71 propôs que a Plenária aprovasse nota de repúdio contra a transfobia, o fascismo e a perseguição às mulheres,
72 aprovada pelo Congresso Nacional e a perseguição ao direito legal das pessoas que reivindicam terra no Brasil,
73 com base na Constituição; como de praxe, houve acordo que a Moção fosse votada ao final da Plena. Em seguida,
74 Lobão reforçou que governo, na Mesa de Negociação não apresentou acordo a ser assinado e nem abriu discussão,
75 simplesmente fez um comunicado às entidades e afirmou que a campanha salarial dois mil e vinte e quatro havia
76 sido encerrada e que aguardaria nova pauta de reivindicações dos servidore(a)s no início do próximo ano, para a
77 campanha salarial dois mil e vinte e cinco. Garantiu a continuidade das Mesas Específicas, com negociações
78 voltadas para a campanha de dois mil e vinte e cinco. Em seguida Lobão apresentou os encaminhamentos
79 destacados durante as falas e propôs a seguinte resolução: “A 185ª Plena aprova que o Sinasefe iniciará o Ano
80 Letivo construindo uma greve por tempo indeterminado, com os seguintes eixos: a) defesa da reestruturação das
81 carreiras; b) Recomposição salarial; c) revogação do NEM. Não houve consenso, foi feito rápido debate e a
82 resolução final aprovada por consenso pela 185ª Plena foi: **“A 185ª Plena aprova que o Sinasefe iniciará o Ano**



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



83 **Letivo, na perspectiva da construção de uma greve por tempo indeterminado, ainda no primeiro trimestre de**
84 **dois mil e vinte e quatro, com os seguintes eixos: a) defesa da reestruturação das carreiras; b) Recomposição**
85 **salarial; c) revogação do NEM; d) Revogação IN 54); e) manutenção da recomposição orçamentária.** Foi aprovado
86 **ainda, que o Sinasefe desenvolva campanha de comunicação nas redes sociais cobrando as Mesas Específicas**
87 **da Educação e a reunião ampliada dos delegado(a)s da CONAE para construir a intervenção do Sinasefe na**
88 **Conferência.** A seguir foi iniciado o segundo momento da campanha salarial. William Carvalho informou que o
89 relatório da CNS que debateu a carreira do PCCTAE foi finalizado e encaminhado às Seções sindicais. O relatório
90 consiste na apresentação da leitura das duas propostas e destaca que é muito importante o debate em um novo
91 GT Carreira e plenária, para discutir a manutenção ou não da posição acerca da proposta aprovada nos fóruns do
92 Sinasefe. Informou que no dia onze foi realizada reunião entre o Sinasefe e Fasubra e que na oportunidade foram
93 sanadas todas as dúvidas sobre a proposta apresentada pela entidade. Segundo William, a reunião foi bastante
94 produtiva e houve o entendimento de que deve ser construída a unidade no próximo período, com vistas a fazer
95 uma apresentação unificada ao governo, a partir do debate. William informou ainda, que ficou acordada a
96 realização de reuniões periódicas às quartas – feiras com a Fasubra, no formato online, para dar continuidade ao
97 do debate sobre as propostas e as articulações para as Mesas de Carreiras e que nova reunião presencial deverá
98 ser realizada próximo à reunião da CNSC, que ocorrerá em janeiro do próximo ano para construção da unidade.
99 William lembrou que na primeira reunião somente o Sinasefe tinha uma proposta definida, na segunda, a Fasubra
100 já havia construído sua proposta e na última Mesa, as duas entidades fizeram uma apresentação; entretanto, o
101 governo, até o momento não se pronunciou. Colocou ainda, que as entidades já estão buscando a unidade e a
102 pretensão é que se chegue nas Mesas com uma clara posição das entidades, quem sabe já unificada. A Fasubra
103 informou que em Plenária Nacional foi aprovada a construção da unidade com o Sinasefe. Sobre a CNS ainda,
104 William informou que alguns grupos estão tratando do RSC e outro a questão dos cargos, com a redefinição e
105 descrição desses cargos e, que tão logo haja o resultado desses debates na Comissão, o mesmo será socializado
106 com as seções sindicais. Leewertton Marreiro reafirmou que o debate na CNS foi enriquecedor. Informou que a
107 Fasubra recebeu o espelho da folha, o que permitiu serem feitas análises técnicas sobre os impactos
108 orçamentários das duas propostas, que estão todos no relatório e que foi inserida no relatório também, a planilha
109 utilizada para que toda a base possa simular e ver as situações que podem ocorrer. Destacou ainda, que as
110 propostas são bem parecidas, com a diferenciação da malha a ser adotada. Destacou a importância de mobilização
111 para cobrar a instalação das Mesas Específicas. Ao final, Leewertton informou que foi aprovado na CNS a
112 realização de um GT Carreira híbrido acoplado a uma plenária híbrida para a tomada de decisão, de preferência
113 próximo à reunião marcada para o dia dezessete de janeiro. Feitas as intervenções, a mesa abriu as inscrições
114 sobre o ponto, com o tempo de três minutos cada. Durante o debate, foram feitas reflexões acerca do tema e
115 apresentados encaminhamentos. Ao final das falas, David Lobão reafirmou que já existe deliberação dando
116 poderes à CNS e CND para construir a unidade com a Fasubra e Andes SN, respectivamente. Colocou que durante
117 o debate foi apresentada a proposta de que na próxima plenária do Sinasefe seja pautado o debate sobre a
118 proposta de unificação e, consulta e informes às bases do que está sendo discutido e o que está sendo unificado.
119 Foi feito amplo debate, e ao final a mesa encaminhou a votação e a Plena aprovou o seguinte conjunto de
120 proposta: **1) A 185ª Plena ratifica decisão de Plenárias anteriores, de que a CNS e CND têm autorização para**
121 **discutir as propostas de reestruturação das carreiras com a Fasubra e Andes, visando construir a unidade. 2) A**
122 **186ª Plena, que será realizada no início do próximo ano, deverá ser precedida de uma reunião, com duração de**
123 **no mínimo um dia, do GT Carreira e terá inclusa em sua pauta a discussão e deliberação sobre a definição da**
124 **malha.** A seguir a palavra foi concedida a Elenira Vilela para apresentação de Moção de Repúdio contra a “Emenda
125 das Trevas” aprovada pelo Congresso Nacional, já citada no início da Plena. Ao final da intervenção de Elenira,



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR



**SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



126 houve consenso com a publicação de Moção de repúdio, cujo texto ficou sob a responsabilidade de João
127 Cichaczewski, que submeterá ao conjunto da DN e fará a devida divulgação. Vencida a pauta, David Lobão
128 agradeceu a participação de todas e todos e, às 21h45min deu por encerrada a 185ª Plena. E, Nada mais havendo
129 a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Rita Sidmar Alencar Gil, Secretária – geral, e após
130 lida e aprovada será assinada também pelos coordenadores do Sinasefe Nacional.
131
132
133



Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco
C, Edifício Serra Dourada, Salas 109
e 110. CEP: 70300-902. BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2192-4050
E-MAIL: dn@sinasefe.org.br

WWW.SINASEFE.ORG.BR